



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

A Nova Cartografia Social do Quilombo Quingoma

Érica Oliveira Figueira - Profissional Residente
Maria Teresa do Espírito Santo - Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
Dezembro de 2018

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Erica Oliveira Figueira - Profissional Residente, Arquiteta e Urbanista

Ma. Maria Teresa do Espirito Santo - Tutora, Arquiteta e Urbanista

Colaboração:

Gabriel Pedreira- Profissional Residente, Urbanista

Consultoria:

Ma. Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Geógrafa

D.r Franklin Plessmann de Carvalho, Agrônomo e Antropólogo

Ma. Paula Adelaide Mattos Santos Moreira, Arquiteta e Urbanista

Dr.a Mariana Balen Fernandes, Antropóloga

Ma Christina Shade, Arquiteta e Urbanista

Apoio:

PNCSA - Programa Nova Cartografia Social da Amazônia

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Data: 06 de Novembro de 2018

Local: Faculdade de Arquitetura- UFBA

Residente: Érica Oliveira Figueira- Arquiteta e Urbanista

Título: Nova Cartografia Social do Quilombo Quingoma

Membros da Banca:

Tutora Arquiteta e Urbanista Maria Teresa do Espirito Santo (SEDUR)

Membro Interno: Ma Arquiteta e Urbanista Paula Adelaide Mattos Santos Moreira (INCRA/BA)

Membro Externo: Ma Geógrafa Paula Regina de Oliveira Cordeiro

Membro Externo: Dra Antropóloga Mariana Balen Fernandes

Representantes da Comunidade:

Pedagoga e liderança comunitária Rejane Pereira Rodrigues

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

O Trabalho que aqui se apresenta concentra informações técnicas e metodológicas das assistências técnicas em arquitetura e urbanismo desenvolvidas pelos profissionais Érica Oliveira Figueira, arquiteta e urbanista e Gabriel Pedreira, urbanista, junto à Comunidade Remanescente de Quilombo do Quingoma no âmbito do Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

O texto está dividido em duas partes: a parte coletiva, com a descrição detalhada da problemática apresentada pela comunidade do Quingoma, com diagnósticos, processos, reflexões conjunturais e resultados das ações coletivas desenvolvidas em equipe de profissionais residentes; e a parte individual, composta pela apresentação dos produtos individuais de cada um dos residentes, com a descrição detalhada dos diagnósticos, processos, reflexões e ações individuais da assistência técnica realizada.

Esse trabalho tem sido de grande aprendizado para mim, ao ouvir a narrativa dessas pessoas e entrar em contato com seus conhecimentos populares, muitas reflexões me são proporcionadas. Principalmente quanto o meu papel enquanto profissional, que chega na área como técnica, enquanto pessoa branca de classe média, privilegiada, urbanizada, ocidentalizada, enquanto minhas capacidades diante de uma problemática tão complexa. Essa experiência tem me revelado o movimento de descolonização da mente, que venho buscando desde então, da importância da transformação do “objeto” em sujeito da pesquisa e de atitudes que proporcionam fortalecimento do processo político autônomo.

O contato pessoal com esse núcleo de resistência secular tem me ensinado outras formas de viver e imaginar além do sistema exploratório capitalista alheio ao meio ambiente. Por isso agradeço imensamente à comunidade do Quilombo Quingoma, em especial Dona Ana, Rejane, Rose, Dona Raquel, Eva, Ariele e à pequena Raquelzinha, mulheres quilombolas que me demonstraram na prática suas definições de Quilombo: lugar de partilha e acolhimento.

RESUMO

A construção de um fascículo da Nova Cartografia Social do Quilombo do Quingoma foi resultado do Processo Participativo de Assistência Técnica de Arquitetura e Urbanismo, prestado a comunidade do Quilombo Quingoma, Lauro de Freitas - Bahia para a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, curso de pós-graduação em Habitação e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em parceria com Projeto Nova Cartografia Social Comunidades Quilombolas do Nordeste e Fortalecimento de Centros de Ciências e Saberes.

O Quilombo do Quingoma é uma comunidade tradicional de hábitos rurais e extrativistas, inserida num contexto de expansão urbana de Salvador, que ameaça diretamente os modos de vida até então estabelecidos. Atualmente luta pela regularização fundiária como forma de conter a chegada de mais projetos do Governo do Estado, do mercado imobiliário e da Prefeitura.

A aproximação da Equipe Técnica se deu quando as lideranças foram levar suas demandas na Residência e foi assim feitas visitas técnicas, entrevistas não estruturadas, percursos comentados, entre outros movimentos a fim de compreender a complexidade do território e melhor definição dos projetos específicos que poderiam ser desenvolvidos.

A demanda da Nova Cartografia social partiu das lideranças como um instrumento de fortalecimento do discurso da comunidade no processo de luta pela garantia de seu território e fortalecimento de seu modo de vida.

Palavras chaves: Nova Cartografia Social, Quilombo, Assistência Técnica

SUMÁRIO

1. Área / comunidade.....	8
1.1. Nome da comunidade e localidade	
1.2. Nome da Associação Parceira e Personalidade Jurídica	
1.3. Endereço completo e contato da Associação	
1.4. Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato	
2. Descrição da área, problemática e justificativa da proposta coletiva de assistência técnica.....	9
2.1. Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição da problemática/demanda encontrada	
2.2. Razões pelas quais a entidade apontou a problemática a ser tratada	
2.3. Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos	
2.4. Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta	
3. Pesquisas, oficinas, metodologias definidas na proposta coletiva de assistência técnica.....	32
3.1. Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade	
3.2. Os resultados obtidos para a definição dos projetos específicos	
3.3. Indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva	
4. Nova Cartografia social do Quilombo Quingoma: abordagem conceitual, etapas desenvolvidas e oficinas específicas do projeto individual.....	39
4.1 O objetivo geral	
4.2 Definição da proposta	
4.3 O(s) objetivo(s) específico (s)	
4.4 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados e oficinas específicas.	
4.5 Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições	
5. Anexos	

1) Área / comunidade

1.1 Nome da comunidade e localidade

Comunidade Remanescente de Quilombo do Quingoma, Lauro de Freitas, Bahia.

1.2 Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, cópia de inscrição.

Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Quingoma

CNPJ: 13.874.356/0001-04

Natureza jurídica: Associação Privada

1.3 Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)

Rua Direta do Quingoma de Baixo,nº 4, Quingoma, Lauro de Freitas - Bahia.

CEP: 42.700-000

TEL: 71 98159-2912 / janerp21@hotmail.com.

1.4 Nome e função do representante legal, cópia da identidade, ata de indicação e principais lideranças para contato

Rejane Pereira Rodrigues - Presidente

Cópia da Identidade e Ata de Posse nos Anexos.

Outras lideranças:

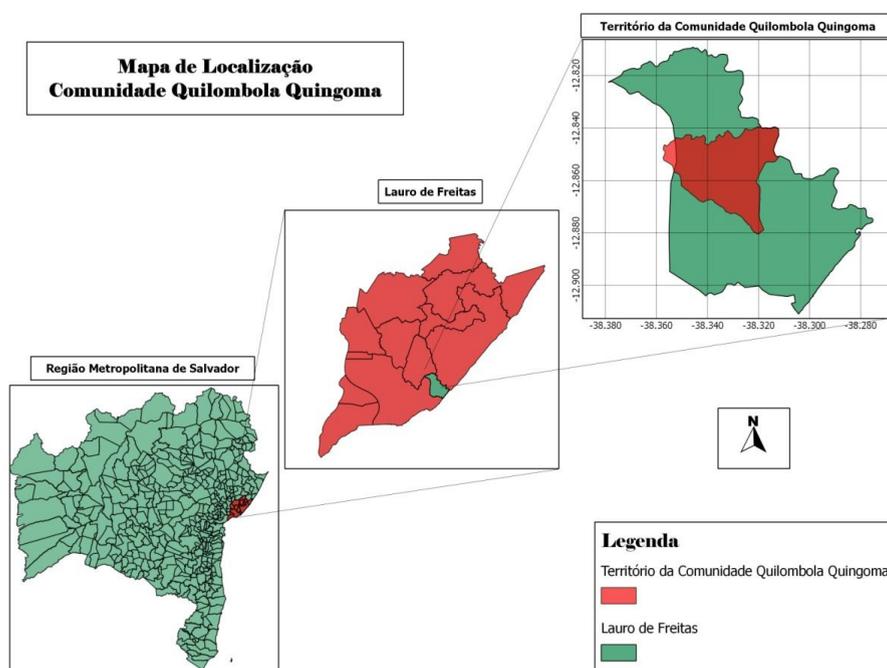
Ana Lucia dos Santos Silva - 71 99324-1476.

Reinaldo Bispo dos Santos - 71 99182-1293.

2. Descrição da área, problemática e justificativa da proposta coletiva de assistência técnica

O Quilombo Quingoma é uma comunidade tradicional situada no centro geográfico do município de Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, na Bahia. Certificada enquanto comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2013, a comunidade busca a regularização fundiária do seu território junto ao INCRA desde 2015. O RTID (Relatório Técnico de identificação e Demarcação), que identificou os limites e características do território quilombola, uma área de 1.225 hectares, foi concluído em 2017, porém até o momento não foi publicado. Na Figura 1, a localização do Quilombo Quingoma em relação à RMS e o Município de Lauro de Freitas

Figura 1: Localização do Quilombo Quingoma



Fonte: RTID, 2017.

Segundo o INCRA, o processo de regularização fundiária do território do Quilombo Quingoma foi interrompido pela necessidade de estudos complementares, já que o RTID apresentado não trazia informações que justificassem a delimitação do extenso território, como a definição clara dos usos produtivos das áreas pela comunidade quilombola. Em reunião, a antropóloga Elisa Cunha, responsável pelo processo do Quingoma no INCRA, afirmou ainda que o quadro técnico e a verba do órgão são escassos e que seria muito difícil dar celeridade ao

processo de regularização fundiária pela instância federal.

Em 2017, a Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, respaldada na Lei 20.217/2013, que regulamenta a regularização fundiária de terras públicas estaduais ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, apresentou uma nova proposta de delimitação para o Quingoma reduzindo 80% do território identificado no RTID, concedendo uma área de 284,76 hectares para titulação. A proposta não foi considerada e as lideranças quilombolas passaram a intensificar a mobilização política e as articulações com novos agentes técnicos a fim de que fossem traçadas estratégias de negociação com as instâncias responsáveis pela regularização do território.

A luta pela regularização fundiária do Quilombo Quingoma, crucial para a integridade territorial da comunidade, vem sendo travada em uma conjuntura político-econômica desfavorável para pautas quilombolas e ambientais e desigual do ponto de vista da equidade de poderes dos diversos agentes envolvidos. O processo de urbanização acelerado que vem ocorrendo na região, impulsionado pela especulação imobiliária e pelos grandes projetos estaduais e municipais, indicam-na como um novo eixo de expansão da Região Metropolitana de Salvador, o que acentua ainda mais os conflitos no território, cada vez mais atrativo ao mercado especulativo, reforçando a vulnerabilidade da comunidade quilombola e o atual ciclo de expropriação que vem sofrendo.

A comunidade tem indicadores socioambientais preocupantes, possuindo déficits consideráveis em saneamento básico, saúde, em infraestrutura urbana e equipamentos de educação e lazer. As características tradicionais quilombolas vêm sendo ameaçadas com a chegada cada vez mais intensa de sítios e empreendimentos no território. O extrativismo, o roçado, a pesca, a caça, a recreação nos rios, a relação do sagrado com a natureza e a medicina natural, atividades identificadas no RTID do Quingoma, estão cada vez mais prejudicadas por consequência da degradação ambiental própria do modelo de desenvolvimento dominante.

A importância de defender estratégias para minimizar os impactos do desenvolvimento e da implementação de infraestruturas que não integram ou contemplam a comunidade quilombola é urgente. A regularização fundiária, aliada às políticas públicas que impulsionem modelos de desenvolvimento territorial sustentáveis, que respeitem a lógica e organização espacial étnica, podem garantir a permanência e o desenvolvimento do Quingoma e sua territorialidade.

Neste sentido, os profissionais residentes do Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA ofereceram à comunidade do Quingoma apoio técnico no desenvolvimento, a partir de processo participativo, de ferramentas e estratégias que favorecessem o processo de regularização fundiária do Quilombo, visando a integridade dos quilombolas em seu território. Essas ferramentas

propunham aumentar a pressão política para a titulação do território, a partir da articulação, fortalecimento e mobilização de atores da sociedade civil e de representações da administração pública; ampliar a reflexão crítica sobre territorialidade e identidade quilombola, produzindo estudos cartográficos que contribuíssem ou acrescentassem elementos aos estudos técnicos que norteiam a regularização; e o acesso às políticas públicas de programas direcionados às comunidades tradicionais.

2.1 Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquista da comunidade e descrição da problemática/demanda

O primeiro contato com o Quilombo Quingoma ocorreu logo no início da Residência. A problemática da luta pelo território quilombola foi apresentada pelas lideranças Dona Ana e Rejane de forma marcante, evidenciando a força e o poder de denúncia dos seus discursos. Numa primeira análise, destacou-se a aparente complexidade da “questão”, o perfil intenso das lideranças e a inter-relação com questões culturais e raciais.

Nas aproximações seguintes com a comunidade e suas lideranças, principalmente ao adentrar o território, ainda em exercício de escolha de “demandas”, pôde ser observado um território com precária infraestrutura e notáveis impactos socioambientais, apesar da preservação de grandes extensões de áreas de mata. Ficou evidenciada uma comunidade negra e pobre que sofria com numerosos e cada vez mais intensos conflitos no território, envolvendo variados e poderosos agentes, inclusive institucionais. Esse contato com a área possibilitou a incorporação de aspectos indispensáveis à análise do caso do Quingoma: de ordem socioeconômica, ambiental, urbanística e política. Neste momento começou a se desenhar de maneira mais clara quais os agentes envolvidos e qual a demanda que a comunidade apresentava: Regularização Fundiária.

A Quingoma precisa de regulamentação fundiária, muitas de suas terras pertencem a posseiros, necessitados de ordenamento do solo, pois se proliferam muitas moradias sem planejamento, o que trará futuros problemas para a comunidade que precisa garantir sua permanência secular, preservando os descendentes.

(Declaração de Auto-reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo do Quingoma).

Durante o processo de estudo e diagnóstico preliminar do Quilombo do Quingoma, visando a criação de um planejamento técnico que identificasse necessidades e indicasse e norteasse

projetos e/ou ações, ficou evidenciada a necessidade latente pela regularização fundiária da comunidade quilombola. Diante de suas limitações e considerando suas potencialidades, os profissionais residentes Gabriel Pedreira e Érica Figueira compreenderam que poderiam desenvolver, junto à comunidade, ferramentas técnicas (cartográficas, de planejamento e políticas) que apoiassem a permanência e o fortalecimento do Quilombo Quingoma em seu território. Neste sentido, o apoio à integridade territorial do Quingoma aconteceria através do fortalecimento do discurso sobre a territorialidade e identidade quilombola, do acompanhamento do processo de regularização fundiária, da identificação de outras demandas da comunidade e do reforço no acesso às políticas públicas, articulando ações de enfrentamento calcadas na técnica e na mobilização e articulação política de diversos agentes.

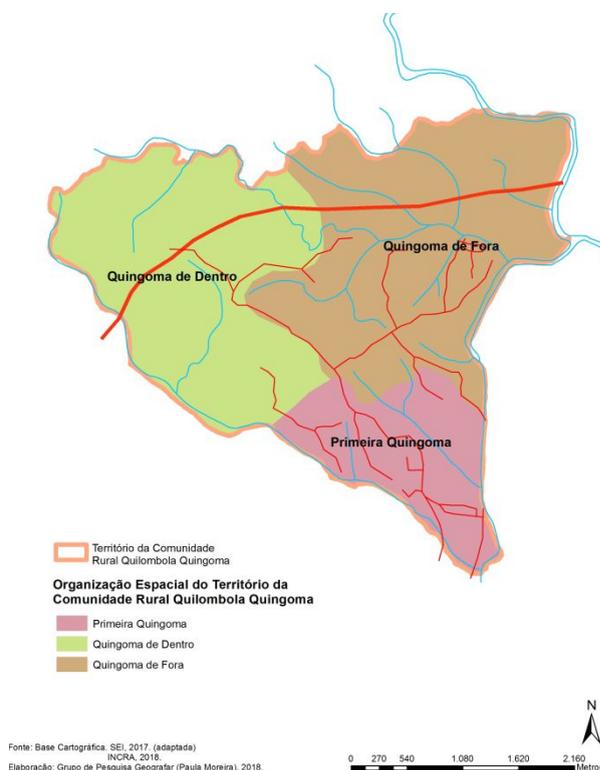
Na apresentação das propostas às lideranças quilombolas foi destacado o interesse e valorização da troca de saberes técnicos e populares entre os profissionais-residentes e a comunidade quilombola no apoio à manutenção do Quingoma em seu território.

A história deste grupo de resistência negra foi preservada através da oralidade. Quingoma é uma etnia africana vinda em menor número para Bahia. Trabalhavam nas fazendas e engenhos da freguesia de Santo Amaro de Ipitanga (hoje Lauro de Freitas) como escravos na produção de cana de açúcar nos séculos XVIII e XIX. Segundo consta no documento de autorreconhecimento do Quilombo Quingoma enviado à Fundação Palmares, depois do declínio do ciclo de monocultura do açúcar duas fazendas se formaram, povoadas pelos negros libertos.

“...alguns senhores doaram glebas de terra aos cativos libertos. Dois engenhos de destaque na economia imperial ali existiram: a Conceição da Quingoma e o Engenho do Quingoma, e outros como a Olaria, as casas de farinha”.
(RTID Quingoma, 2017).

A comunidade negra remanescente vem passando, em cada contexto histórico, por assédios, violências físicas e simbólicas, acentuadas pelo descaso do poder público, o que vem favorecendo um contínuo processo de expulsão e de realce do quadro de vulnerabilidade dos quilombolas. A própria configuração espacial do Quilombo Quingoma atualmente em 03 núcleos de povoamento (Figuras 2) é resultante dos intensos fluxos migratórios necessários à sobrevivência e resistência da comunidade no território. A chegada progressiva de sítiantes e de empreendimentos predatórios, como a Pedreira Interativa e o Lixão no território beneficiou o enfraquecimento dos vínculos com determinados espaços e práticas tradicionais, como o acesso à água e a recursos naturais e simbólicos e acentuou a necessidade do reconhecimento e da regularização do território por instituições públicas, alimentando a consciência e identidade quilombola.

Figura 2: Espacialidade da Comunidade do Quingoma em manchas de ocupação



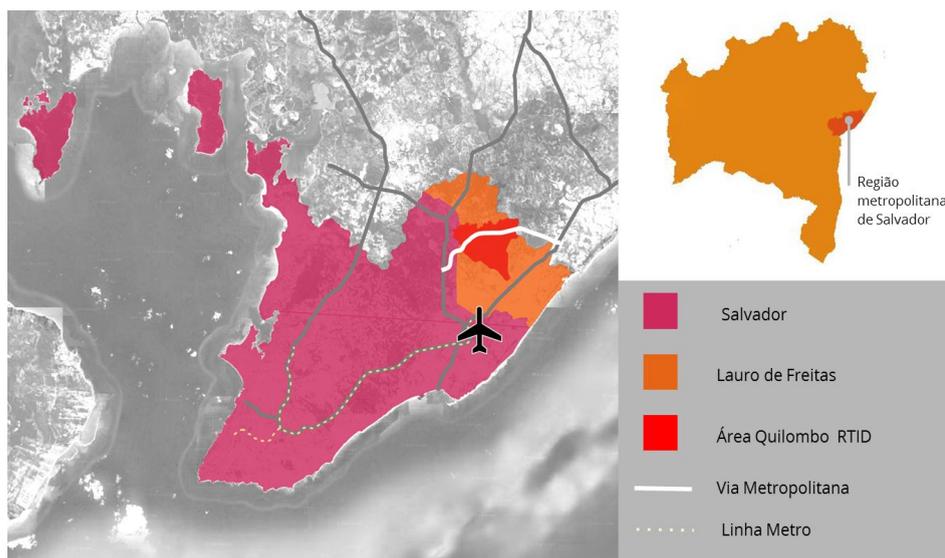
Fonte: Geografar

O Quilombo do Quingoma obteve a certidão de autorreconhecimento como remanescente quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 22 de março de 2013 (ID Quilombola: 1794, n do processo: 01420.003087/2013-11). Essa certificação foi o primeiro passo para o processo de regularização fundiária dos títulos de propriedade. A demarcação territorial vem sofrendo impasses. A empresa BMA, através de Termo de Acordo e Compromisso envolvendo entes públicos e privados, produziu e apresentou ao INCRA o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Definição - n° de ordem: 185, n° processo: 54160 002243/2013-00 - ano de 2013) com cadastramento, levantamento fundiário, memorial descritivo e parecer junto com a secretaria de promoção da igualdade racial, identificando uma área com 1.225 hectares. Porém o INCRA contestou a identificação do território quilombola e interrompeu o processo.

Em 2015 iniciaram as obras de construção da Via Metropolitana, empreendimento que cortou ao norte o território do quilombo e que integra as estratégias do Governo do Estado para a expansão urbana da Região Metropolitana de Salvador, alinhadas aos interesses da Prefeitura de Lauro de Freitas e do mercado imobiliário. A Via Metropolitana conecta duas rotas de intenso tráfego de passageiros e mercadorias, a Estrada do Coco e o CIA Aeroporto e faz parte de uma rede integrada de projetos de expansão de infraestrutura urbana para a região de Lauro de

Freitas, composta por obras como a conclusão da linha 2 do metrô, a ampliação do aeroporto e a construção de shoppings centers e hospitais, atraindo de novos investimentos privados e empreendimentos imobiliários, destacando a construção de um planejado “Bairro Novo” em pleno território quilombola.

Figura 3: Quilombo do Quingoma e eixo de expansão urbana



Fonte: Érica Figueira

A Figura 3 demonstra a posição estratégica do Quilombo do Quingoma por sua proximidade com a capital do Estado, Salvador, e expõe importantes equipamentos de infraestrutura urbana (mobilidade) implementados, como o metrô e a Via Metropolitana, caracterizando a região como vetor de expansão urbana e de desenvolvimento imobiliário.

Os conflitos pelo território vem se acirrando por conta dos interesses do Governo do Estado, da Prefeitura de Lauro de Freitas e de atores imobiliários, que vão minando e descaracterizando o território em litígio, influenciando assim mudanças no modo de vida da comunidade. A comunidade vem denunciando os crimes ambientais ocorridos nesse processo, resistindo e questionando o discurso de progresso do Estado e da iniciativa privada. Os rios onde antes se pescava, hoje estão aterrados (Figura 4), as matas que se adentrava para caçar, colher frutas, plantas medicinais e plantas sagradas estão sendo subtraídas por sitiantes e pelo próprio Estado. Além dos crimes ambientais, assassinatos, ameaças de morte e perseguições às lideranças quilombolas se intensificam.

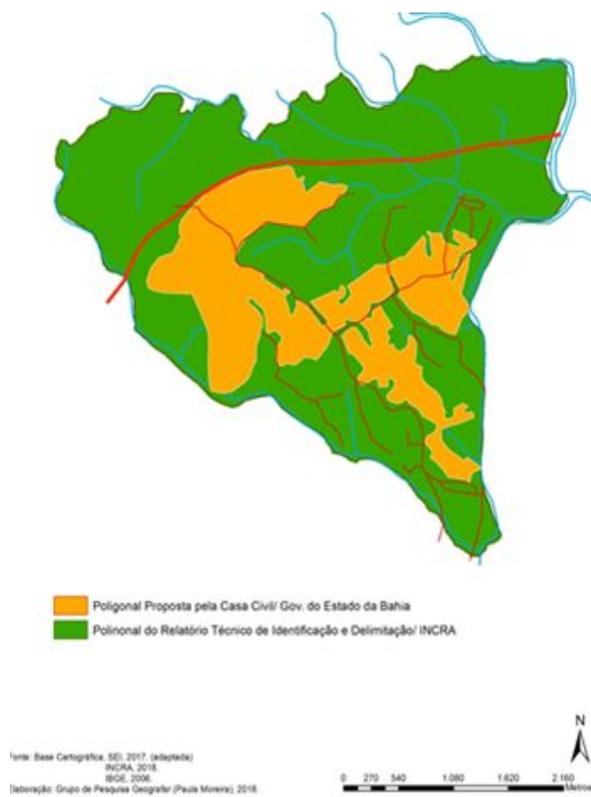
Figura 4: Rio Tomé aterrado pelas obras da Via Metropolitana



Fonte: <http://mapelenews.com.br/via-metropolitana-volta-ser-motivo-de-confronto-em-quilombolas-e-bahia-no-rte/> Acesso em 15 de maio de 2018.

Em 2017, em mesa de negociação com as lideranças quilombolas e que contou com a presença de todos os órgãos institucionais envolvidos no processo de regularização fundiária do território do Quingoma, foi proposta pela Casa Civil do Estado da Bahia a regularização de somente 20% da área identificada no Relatório Antropológico. A proposta da Casa Civil (Figura 5) não foi aceita pela comunidade.

Figura 5: Proposta de regularização do Quingoma pela Casa Civil do Estado da Bahia



Fonte: Núcleo de Pesquisa Geográfica / IGEO UFBA

A Prefeitura de Lauro de Freitas tem convocado reuniões dentro do território para apresentar supostos projetos para o desenvolvimento da área que suscitam realocações da comunidade para outras localidades. As desinformações oriundas do constante assédio do setor público e privado à comunidade do Quingoma, marcada pela vulnerabilidade social, tem fragilizado o discurso quilombola e comprometido as mobilizações internas e a luta pela permanência no território.

Figura 6: Vista do território do Quingoma sentido centro de Lauro de Freitas



Fonte: acervo pessoal.

A Figura 6 ilustra a chegada dos grandes empreendimentos ao território do Quingoma, destruindo a mata nativa e ameaçando a comunidade em risco social. Ao fundo, silhueta de Lauro de Freitas urbanizada..

No dia 3 de outubro de 2018, lideranças da comunidade organizaram um grande ato composto por passeatas e protestos em frente aos órgãos institucionais diretamente ligados ao processo de regularização fundiária do Quingoma, o INCRA e o Ministério Público Federal. Foi produzido e entregue ao MPF um documento com 13 denúncias de crimes e abusos que estavam ocorrendo naquele momento no território, destacando-se os assassinatos e ameaças às lideranças, os crimes ambientais e as irregularidades administrativas por parte de órgãos públicos, como a Casa Civil do Governo do Estado da Bahia, a CONDER e a Prefeitura de Lauro de Freitas - o que pode indicar desvio de finalidade do interesse público. Foi também denunciada a morosidade do INCRA na conclusão do processo de regularização fundiária, o que potencializa as ameaças ao território quilombola. No dia 05 do mesmo mês, por conta da pressão dos atos e dos documentos entregues ao INCRA e ao Ministério Público, o Poder Judiciário do Estado da Bahia emitiu a suspensão de um mandato de reintegração de posse em benefício dos quilombolas. Este episódio simbolizou uma grande vitória da luta do Quilombo do Quingoma.

A comunidade intensifica sua mobilização a fim de atingir visibilidade e pressiona os órgãos responsáveis para a urgente regularização do território. Também amplia as relações com entes da sociedade civil para apoio à luta quilombola e a promoção de atividades na localidade, ampliando discussões sobre territorialidade e identidade quilombola.

2.2 Razões pelas quais apontou a problemática a ser tratada

A descrição da problemática e do próprio processo de ocupação e permanência dos quilombolas no território, relatada no item 2.1, já apontam as razões que nortearam a apresentação da demanda à Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA: o impasse da regularização fundiária do Quingoma amplia os conflitos por terra dentro do território, desfavorecendo uma comunidade quilombola vulnerável diante de poderosos agentes externos que defendem os interesses do capital e de um progresso desenvolvimentista racista e segregador.

O conceito do desenvolvimento, com suas raízes coloniais e antropocêntricas, vem sendo fortemente aplicado em todo o mundo desde meados do século XX, e se consolidando no pós guerra com sua essência devastadora. A ideia de um mundo de dicotomias, como, avançado-atrasado, civilizado-selvagem foi implicada como estratégia de imperialismo para fortalecer suas estruturas de dominação e assim justificar uma feroz exploração de recursos naturais e de seres humanos. Assumindo como imperativo de meta a ser alcançada por toda a humanidade e difundida como modelo de sociedade, esse progresso promete um bem estar aos modos europeus, que se expressa em maior acumulação de bens permanente e ilimitada. Um objetivo inalcançável, mas responsável por injustiças que colocam em risco a continuidade do planeta, chegando aos limites dos recursos naturais e das desigualdades sociais. Essa lógica fundamenta ações de intervenção desconectadas com modos alternativos de relação com o espaço, com o conceito de desenvolvimento e com a natureza, como é o caso das comunidades tradicionais, como o Quingoma.

O “desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta” legitimando o capital como uma força centralizadora da organização dos espaços, trazendo reflexos para a urbanização. As políticas públicas e decisões dos gestores urbanos são moldadas para seguir uma dinâmica ditada pelos interesses do capital, direcionando recursos públicos para investimentos que vão desenhando a cidade de forma predominante e totalitária. A ele não interessa integrar os pobres, os marginalizados e os excluídos, na grande maioria compostos por populações negras, incitando a um quadro de racismo institucional.

O racismo institucional nada mais é que a discriminação racial praticada pelo Estado ao atuar de forma diferenciada em relação a segmentos populacionais negros, introduzindo por meio das políticas públicas “um corte entre o que deve viver e o que deve morrer” - relacionando expressão comum ao estudo do biopoder (poder sobre a vida) de Foucault. Neste sentido, Márcia Pereira Leite¹ (2012) esclarece que:

No Brasil, os negros sofrem não só a discriminação racial devida ao preconceito racial e operada no plano privado, mas

¹ Entrevista concedida ao periódico Le Monde Diplomatique Brasil na edição 60, em julho de 2012.

também e, sobretudo, o racismo institucional, que inspira as políticas estatais que lhes são dirigidas e se materializa nelas. (Le monde Diplomatique Brasil, ed. 60, 2012)

O espaço urbano é resultado de ações concentradas ao longo do tempo por agentes que geram e consomem o espaço, esses agentes são os proprietários de meios de produção, fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos. O marco jurídico, sendo as leis que regem o espaço, regula a ação de cada um desses agentes, mas ele é favorável a dominação de alguns. Isso possibilita estes favorecidos manterem o controle sobre o desenvolver da paisagem física e social da cidade. Esses dominantes são conduzidos pela lógica liberal e neoliberal, fazendo com que o lucro se sobreponha as noções de direitos sociais, conforme Corrêa (1989).

Para Foucault (1979) os modos como os sujeitos se apropriam e constroem os espaços são delimitados e determinados pelas relações de poder. As disputas por espaço e a distribuição de bens no espaço são diretamente relacionados às relações de poder estabelecidas e reproduzidas pela sociedade. Sendo a cidade por excelência um lugar de conflitos e tensões, parece evidente que grupos minoritários, historicamente preteridos pelo Poder Público, sofram constantemente com os reflexos das relações de poder que se materializam espacialmente. Marcelo Lopes de Souza (2001) assegura que o território é formado, demarcado e delimitado por e a partir das relações de poder. Assim, o território pode ampliar-se ou reduzir-se de acordo com as relações de poder estabelecido entre os diferentes agentes que disputam o território. Dentro desse entendimento, é necessário afirmar que o racismo constitui como um mecanismo fundamental de poder utilizado historicamente para separar e dominar classes, raças, povos e etnias.

Parece seguro indicar que o território do Quilombo Quingoma sofre a real ameaça de supressão ou mesmo desaparecimento de sua população tradicional, diante da desigual disputa pelo território operada por estruturas e instituições públicas e privadas alinhadas ao modelo de desenvolvimento prevalente e ao racismo institucional enquanto mecanismo de manutenção da biopolítica (poder sobre um conjunto de indivíduos).

Araújo (2011) aborda o empresariamento urbano, um modelo administrativo que se desenvolveu na década de 1980. Para ele, foi um fenômeno mundial caracterizado pela parceria público-privado com objetivo de desenvolvimento econômico e político por meio de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos. Certas ilhas de investimento e infraestrutura criadas dentro da cidade são valorizadas de maneira artificial e abusiva. As intensas mudanças na paisagem urbana acometem principalmente populações mais vulneráveis economicamente. O acúmulo do capital explode, pois, o preço da terra é mínimo, resultando num

processo de desapropriação e transferência, sem que essas pessoas recebam uma compensação justa. Este processo pode ser observado atualmente no Quingoma, onde grandes obras estão sendo implementadas e propostas pela Prefeitura de Lauro de Freitas e Governo do Estado. A construção da Via Metropolitana e do “Bairro Novo” descaracterizam o espaço e excluem a comunidade quilombola, favorecendo o processo de gentrificação do território.

A noção de territorialidade relacionada ao uso tradicional dos recursos naturais e a própria trajetória de formação e resistência negra da comunidade do Quingoma se opõem à lógica de “terra produtiva” e de progresso agressivo, próprios da atuação de agentes que cada vez mais adentram o território quilombola.

O Decreto Federal nº4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas no Brasil reconhece a relação particular que as comunidades remanescentes de quilombos estabelecem com seu território. Em seu Art. 2º, quanto à definição desse grupo, dispõe que são:

“... grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”

A comunidade quilombola do Quingoma entende-se como fruto, parte integrante do território, como as plantas e os rios, numa relação de simbiose entre homem, natureza e ancestralidade. Neste sentido, o Relatório Antropológico adverte:

A continuidade da comunidade quilombola, assim como a construção de sua identidade coletiva, portanto social, encontra-se diretamente ligada à permanência não somente nos locais hoje ocupados pelas famílias em suas residências mas também aqueles direcionados ao trabalho e às expressões culturais e práticas ligadas à sua cosmovisão por meio dos espaços das roças, mato, maré, cemitérios, engenhos, fazendas, etc

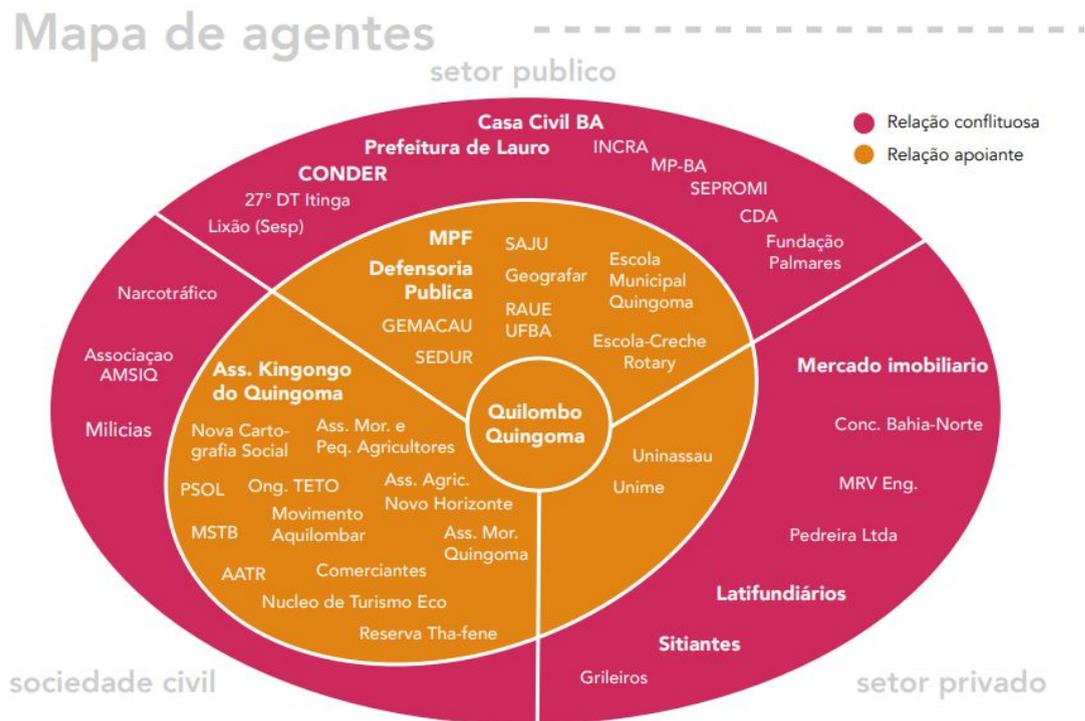
O território é, dessa forma, o ponto fundamental para o desenvolvimento das famílias quilombolas e da possibilidade de acesso aos espaços perdidos ao longo de sua trajetória histórica e social. **Defender o território é urgente e prioritário.** Nesse entendimento que as lideranças quilombolas vêm ampliando sua rede de articulação sociopolítica e visibilizando a problemática territorial do Quingoma para que novos agentes possam adentrar o território objetivando o apoio ao processo de regularização fundiária e consequente permanência e desenvolvimento da comunidade.

2.5. Complementaridade e sinergia com outros atores envolvidos

O mapeamento dos diversos agentes que atuam direta ou indiretamente sobre o território e, principalmente, no processo de regularização fundiária do Quilombo Quingoma foi imprescindível para a melhor compreensão das estruturas e dinâmicas que norteiam a problemática apresentada pela comunidade, possibilitando uma leitura crítica do território e seus atores, favorecendo a proposição das ações e ferramentas de apoio à integridade territorial quilombola demandadas a esta Residência Profissional.

Os itens 2 e 2.1 deste trabalho descrevem, ao expor a problemática e o histórico da comunidade do Quingoma, alguns dos agentes institucionais e privados que operam sobre o território litigioso. A seguir, estes agentes serão retomados e outros considerados relevantes para a compreensão da questão serão incorporados e comentados.

Figura 7: Mapa de agentes do Quilombo Quingoma



Fonte: Gabriel Pedreira

A partir da Figura 7, é possível visualizar os principais agentes que atuam no território do Quilombo do Quingoma. No mapa, eles foram agrupados de acordo com sua natureza jurídica (pública, privada ou sociedade civil) e classificados quanto à condição das relações estabelecidas com a comunidade quilombola (conflituosa e apoiante). Também é possível notar o destaque de

alguns agentes em relação aos demais, em letras cheias. Estes são os entes que vêm atuando de maneira mais determinante no território até novembro de 2018.

Vale salientar que a atuação dos agentes no território do Quingoma, assim como em todo o processo, é dinâmica e complexa. Os mapas de agentes representarão configurações e análises particulares em cada contexto.

Esta análise se fundamenta no acompanhamento do Quilombo do Quingoma – de episódios e processos – durante o período compreendido entre dezembro de 2017 e novembro de 2018. Enquanto técnicas de pesquisa que legitimam a análise, destacam-se as pesquisas indiretas - documental e bibliográfica; pesquisas diretas/de campo - imersões, reuniões e acompanhamentos dentro e fora do território; e a observação direta intensiva - entrevistas e observação crítica da realidade.

Em primeira instância, o mapa revela uma clara discrepância entre os agentes do setor privado que são apoiantes e os que detêm uma relação conflituosa com a comunidade quilombola, considerando o número e a força (poder político e financeiro). Foram consideradas 02 intuições de ensino superior do setor privado como apoiantes, a Unime e a Uninassau. Estas desenvolvem atividades no território do Quingoma e apoiam iniciativas da comunidade. Em contraponto, agentes poderosos do setor privado estabelecem relações de conflito, todas ligadas às disputas por terra no território. Grileiros, sitiante e latifundiários assediam historicamente os quilombolas, restringindo o uso de espaços da comunidade tradicional. O mercado imobiliário potencializa a inserção de empresas e grandes corporações no território, como a Concessionária Bahia-Norte – responsável pela construção da Via Metropolitana; a MRV Engenharia LTDA e a Pedreira Interativa Ltda, que projetam novos empreendimentos, acentuando os conflitos.

Num segundo olhar sobre o mapa, é possível observar um perfil diferente com relação a quantidade de agentes da sociedade civil apoiantes do Quilombo do Quingoma. Estes são mais numerosos que aqueles que possuem relação conflituosa com a comunidade. As 03 associações de moradores mais representativas do Quingoma estão presididas por lideranças quilombolas e atuam em favor da permanência da comunidade em seu território. Estas são a Associação Beneficente dos Moradores do Quingoma, a Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores do Quingoma e a Associação Agrícola Novo Horizonte do Quilombo Quingoma (AANH), localizadas na Primeira Quingoma, Quingoma de Fora e Quingoma de Dentro, respectivamente. Diante do crescimento das tensões no território a partir de 2013, emergiu a necessidade de uma representação política unificada da comunidade. Passou a atuar, dessa forma, a Associação Quilombola Kingongo do Quilombo Quingoma. Emergiu também a necessidade de articulação com representações da sociedade civil que apoiassem a luta quilombola. A partir desse momento,

organizações diversas, como partidos políticos (PSOL), movimentos sociais por moradia (MSTB), ONGS. (TETO), associações de categorias profissionais (AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), coletivos (Movimento Aquilombar) e projetos (Nova Cartografia Social da Amazônia) passaram a atuar politicamente, ora diretamente sobre o território, ora apoiando processos em favor da comunidade quilombola. Podem ser observados também agentes internos que estabelecem relação apoiante ao Quingoma, como os pequenos comerciantes, a Reserva Tha-fene e o Núcleo de Turismo Eco Sustentável do Quingoma, recém-formado.

Apesar de estarem representados em menor quantidade em relação aos agentes apoiantes, os agentes da sociedade civil com relação conflituosa com o Quingoma despertam atenção ao representarem interesses do setor privado, como a Associação de Moradores e Sítiantes de Quingoma – AMSIQ, e organizações criminosas, como o narcotráfico e as milícias. Estas últimas agem sobre o território provocando violência e medo, contribuindo para a saída da comunidade mais vulnerável, seja pelo medo de permanecerem e serem vítimas, seja pelas políticas públicas que favorecem a gentrificação.

Com relação aos agentes do setor público, não seria possível, teoricamente, uma classificação por natureza da relação com o Quilombo do Quingoma em conflituosa ou apoiante, afinal espera-se uma postura neutra dessas instituições, calçadas em toda a jurisdição nacional. No entanto, a sequência de episódios descritos e discutidos nos itens 2.1 e 2.2 deste Relatório sustentam a argumentação de que a comunidade quilombola do Quingoma vem sofrendo com o racismo institucional impregnado historicamente na sociedade brasileira, rebatidas no processo de regularização fundiária e nos projetos de cunho segregador planejados para o território. Casa Civil do Governo do Estado, Prefeitura de Lauro de Freitas (Sesp e Gabinete) e CONDER (ligada à SEDUR BA) representam na atualidade as relações mais conflituosas com a comunidade quilombola, ao proporem projetos de grande impacto socioambiental no território sem a consulta prévia, conforme legislação. INCRA, Ministério Público da Bahia, Sepromi (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), CDA (Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário), Fundação Palmares e 27ª Distrito Territorial de Itinga (Polícia Militar) demonstram negligência diante das irregularidades, desfavorecendo a continuidade de processos que beneficiariam o quilombo institucionalmente e a investigação e punição de infratores.

Do setor público, dentre os agentes que estabelecem relação apoiante ao Quingoma, destacam-se duas instituições de ensino localizadas no território, a Escola Municipal Quingoma e a Escola-Creche Rotary. Essas oferecem espaço físico e simbólico para a promoção de eventos e serviços em benefício da comunidade quilombola. Também na condição de apoiadores da causa quilombola, representações de atuação extensionista da UFBA, como o Serviço de Apoio Jurídico

da Faculdade de Direito (SAJU), o Grupo de Pesquisa Geografar / IGEO e a Residência em Arquitetura e Urbanismo (RAUE) atuam no sentido de construir ferramentas técnicas e estratégias de apoio à regularização do território. Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado da Bahia e GEMACAU (Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos) mostram-se como agentes fundamentais para a garantia dos direitos quilombolas e a proteção da comunidade e do seu território. Neste sentido, a comunidade do Quingoma tem cobrado atuação mais intensa dessas instituições, diante do agravo dos conflitos. A SEDUR (Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo do Estado da Bahia) aparece no mapa na condição apoiante devido atuação benéfica da Diretoria de Políticas e Planejamento Habitacional ao administrar o programa PNHR no território.

A visualização e análise dos agentes que atuam sobre o território do Quingoma evidenciam a complexidade da problemática vivenciada pela comunidade quilombola e podem contribuir para a compreensão das inter-relações atuais e vindouras, além da produção e adoção de estratégias planejadas de reação aos diferentes atores e suas atuações.

O mapa ajuda também a identificar os atores apoiadores da comunidade quilombola, nas diversas esferas, localizando àqueles que podem ser acionados ou envolvidos nas ações e nos proposições deste grupo de trabalho para o Quingoma.

A seguir, para aprofundamento do estudo será apresentada uma breve caracterização da comunidade do ponto de vista territorial, cultural e socioeconômico.

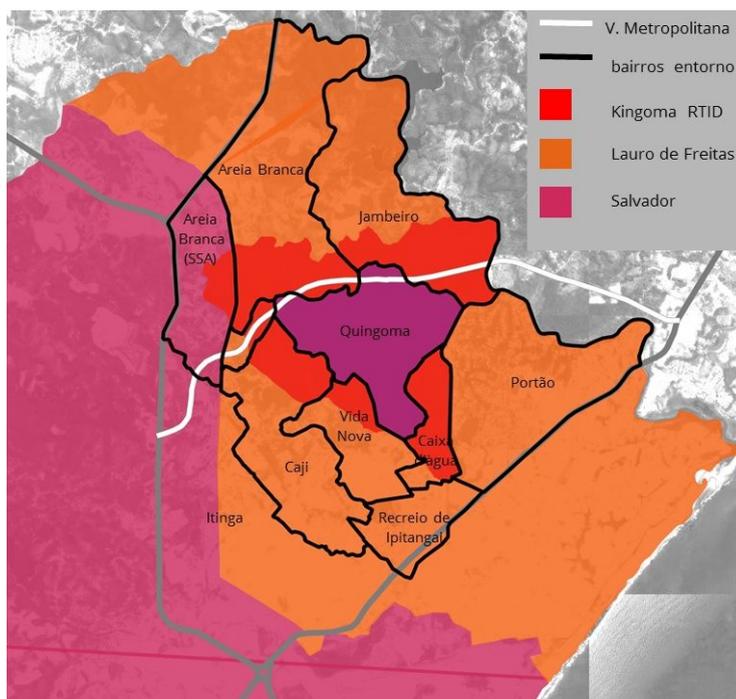
2.6. Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta

A caracterização da Comunidade Remanescente de Quilombo do Quingoma neste estudo se justifica pela relevância de uma melhor apreensão espacial, social e cultural dos quilombolas diante da complexa problemática que o circunda seu território, está exposta nos capítulos anteriores.

O Quilombo do Quingoma está localizado no município de Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador. Conforme já exposto anteriormente, o RTID do Quingoma identificou uma área de 1.225 hectares. Esta é a área considerada neste texto para a caracterização da comunidade.

A área do quilombo representa cerca de 1/5 da área do município de Lauro de Freitas (6.120 hectares), abrangendo porções dos bairros de Areia Branca, Jambreiro, Cajá, Vida Nova e Caixa D'Água, e a totalidade do bairro Quingoma, conforme demonstra a Figura 8.

Figura 8: Quilombo Quingoma e bairros de Lauro de Freitas



Fonte: Érica Figueira

A análise da Figura 8 possibilita também a visualização de parte do território quilombola em área do município de Salvador e destaca o trajeto da Via Metropolitana cortando a porção norte do Quilombo Quingoma em toda a sua extensão. Já foram abordadas neste Trabalho as causas e as consequências desses formatos de intervenção estatal no território da comunidade quilombola.

O território do quilombo abriga uma área de proteção ambiental – a APA Joanes-Ipitanga – e áreas de proteção permanente – a APP cursos d'água, incorporando um cinturão verde dentro do município de Lauro de Freitas com baixa densidade de ocupação, caracterizada por poucos e espaçados núcleos de concentração populacional e grandes áreas de mata. A Figura 9, abaixo, evidencia (através dos diferentes contrastes), a baixa ocupação e a conservação de áreas verdes no interior do território quilombola. Essa característica espacial é própria de comunidades tradicionais e estão cada vez mais ameaçadas pela expansão urbana.

Figura 9: Quilombo Quingoma em aerofoto de Salvador e Lauro de Freitas



Fonte: Érica Figueira

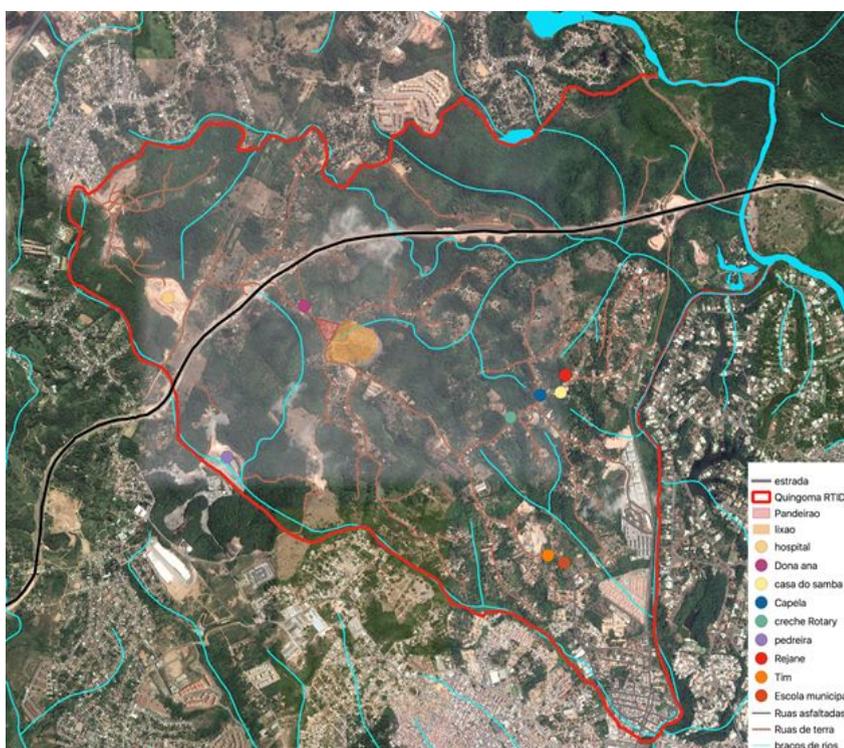
Lauro de Freitas está a 20 km de Salvador e de Camaçari, sendo uma região atrativa para investimentos privados pela política de vantagens fiscais. A expansão urbana ocorre no sentido norte. Segundo o RTID do Quingoma, entre 1995 e 2007 houve um aumento de 10% da área urbana de Lauro de Freitas, o que resultou na redução em 14,1% da vegetação e na inexistência de áreas de dunas. Esses números seguramente se ampliaram em vista dos recentes investimentos aplicados à região.

O território quilombola apresenta baixa densidade demográfica, de aproximadamente 400 hab/km², em relação ao município de Lauro de Freitas, que assinala cerca de 2.833 hab/km².

A comunidade quilombola possui aproximadamente 578 famílias em 464 domicílios quilombolas. Vale salientar que no mesmo território coabitam algo em torno de 1.067² domicílios não quilombolas, principalmente concentrados na porção sul do território, este com características urbanas, conforme mostra a Figura 10.

² Dados coletados no RTID do Quingoma.

Figura 10: Espacialidade do Quilombo do Quingoma



Fonte: Érica Figueira

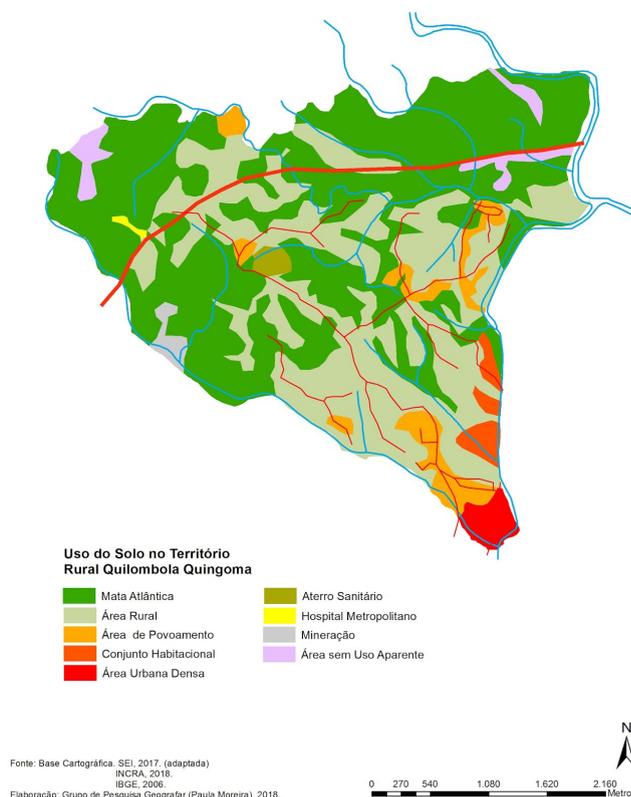
A análise da Figura 10 possibilita identificar áreas de matas presentes no território quilombola e a proximidade destas com densas áreas de ocupação circunvizinhas. A imagem permite observar também a chegada e as incursões de empreendimentos no território, permitindo representar graficamente a pressão que a comunidade vem sentindo com a expansão urbana.

A Figura 10 ilustra também a configuração espacial da comunidade, permitindo uma breve análise dos processos que a formataram. A localização dos núcleos de ocupação no território do Quingoma está representada por pontos nomeados de acordo com as lideranças que atuam mais intensamente em cada dessas localidades. Tim, ou Reinaldo, é o líder quilombola que representa a Primeira Quingoma, zona com características urbanas, inclusive com relação aos meios de produção. Com população originária das primeiras famílias quilombolas do centro do território, fugiram de sucessivos ataques e buscaram melhores condições de vida em uma localidade ao sul do território, mais próxima do centro de Lauro de Freitas. Rejane representa a localidade do Quingoma de Fora, que possui características rurais, população constituída por laços familiares e preservação de práticas tradicionais. Sua população migrou do centro para o leste do fugindo dos massacres e firmou resistência no interior do território. Dona Ana representa o Quingoma de Fora, localidade com características rurais e a mais vulnerável social e politicamente. População migra

para o exterior do território, mas retorna e ocupa a área originária do início da comunidade. As 03 localidades assinalam núcleos de ocupação com características particulares, porém integram um mesmo território, trazendo como traço de aproximação a história (ancestralidade) e o pertencimento quilombola.

O território do Quingoma apresenta uma heterogeneidade também com relação aos usos do solo e às condições de vida da população não originária, resultantes da diversidade dos agentes que o incorporam e o formatam. Com padrões construtivos muito diversificados de habitação, como núcleos adensados de residências com materiais improvisados (IBGE, 2016) e de casas de elevado padrão, o território abriga também empreendimentos de naturezas diversas (habitacional, serviços, comercial, industrial e mineração).

Figura 11: Mapa de Usos do Solo do Quilombo Quingoma



Fonte: Grupo Geografar / IGEO UFBA

A Figura 11 ilustra os usos do solo no território quilombola, evidenciando uma comunidade eminentemente rural, com poucas e espaçadas áreas de povoamento e com grande conservação de Mata Atlântica. Destacam-se também a concentração de população adensada ao sul, próxima aos conjuntos habitacionais e outros equipamentos que impactam social e ambientalmente o território. Este mapa permite deduzir que a diversidade de atores, e de usos do solo no território

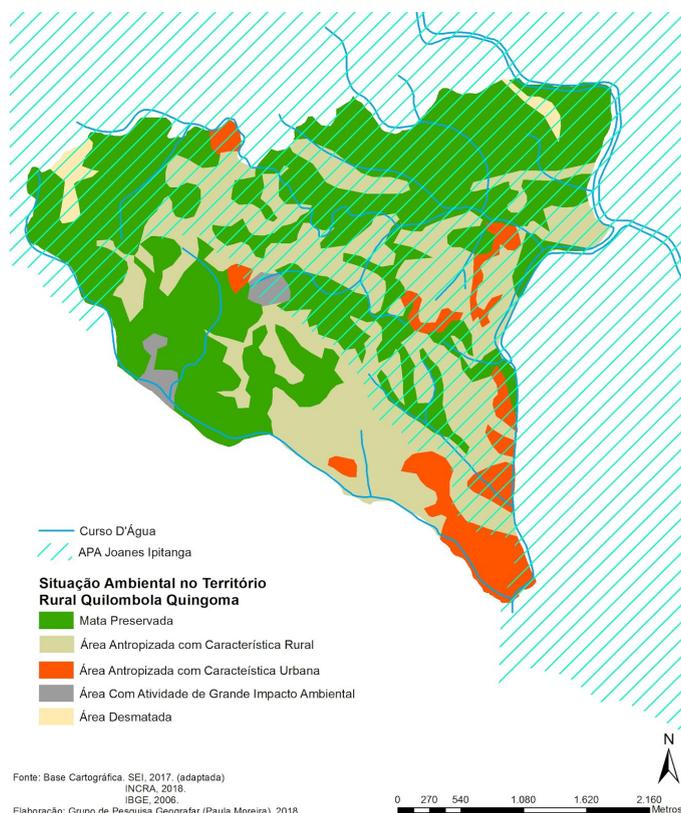
do Quingoma, favorece a intensidade dos conflitos por terra e potencializa a vulnerabilidade social da população.

Segundo o RTID, com base nos dados do Censo 2010, 198 domicílios não apresentam abastecimento de água pela rede geral e apenas 04 domicílios estão ligados à rede de esgotamento sanitário. Ainda sobre infraestruturas e redes, 118 domicílios não apresentam coleta regular de lixo e 143 domicílios não dispõem de energia elétrica.

Inexistência de posto ou unidade de saúde.

O Quilombo do Quingoma integra uma área urbana com características rurais de grande complexidade do ponto de vista socioambiental, sofrendo com a deficiência de infraestrutura e abrigando empreendimentos de grande impacto ambiental, como é o caso do lixão (atual Central de Podas e Entulhos), da Pedreira Interativa e da Via Metropolitana, entre outras.

Figura 12: Mapa de Usos do Solo do Quilombo Quingoma



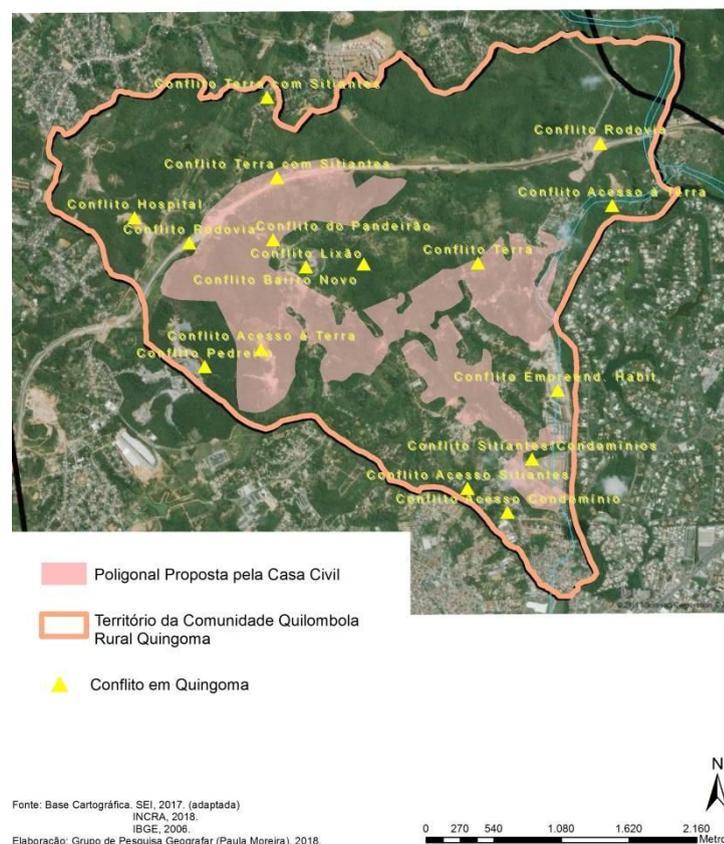
Fonte: Grupo Geografar / IGEO UFBA.

Relacionando os diversos perfis ou padrões de ocupação e usos do solo do Quilombo Quingoma com a intensidade dos impactos socioambientais provocados por elas, pode-se concluir que áreas com característica urbana impactam ainda mais o território quilombola, seus meios naturais e simbólicos e a própria comunidade, social e economicamente. A Figura 12 torna clara a

área que abrange a APA Joanes-Ipitanga e as áreas com atividades de grande impacto ambiental, como o Lixão e a Pedreira.

A configuração espacial do Quingoma não só revela os diversos processos históricos e as dinâmicas que a moldaram e a definiram, como também sugere a intensidade de conflitos que acontecem no território. A lógica desenvolvimentista do capital acumulativo torna atrativo o território quilombola e influencia a ocupação ou atuação de agentes que apresentam interesses e relações com a territorialidade diferentes das comunidades tradicionais. Esses agentes causam impactos socioambientais e geram inúmeras tensões com os quilombolas. A comunidade busca legitimidade legal, porém encontra traços de racismo institucional junto às instituições públicas que deveriam defender seu território. Em contraposição, estas reafirmam a lógica desenvolvimentista e reiniciam o ciclo viciante que amplia cada vez mais os conflitos no Quingoma.

Figura 13: Mapa dos Conflitos do Quilombo Quingoma



Fonte: Grupo Geografar / IGEO UFBA

A Figura 13 permite identificar a localidade e a natureza dos conflitos ocorridos dentro do território quilombola em sua história recente. Os conflitos estão indicados de forma a anunciar os agentes ou as situações que os provocaram: conflito por terra, conflito do Pandeirão, conflito com

empreendimentos habitacionais, etc. Grande parte desses conflitos já foram abordados e discutidos neste Trabalho, cabendo aqui destacar apenas 2 conflitos mais recentes e que causaram impactos significativos, o “conflito da rodovia” e o “conflito do Bairro Novo”, para conclusão do diagnóstico e caracterização da comunidade.

A construção da Via Metropolitana alterou drasticamente as características do território do Quingoma, impactando-o do ponto de vista político e socioambiental. Os sucessivos crimes ambientais e simbólicos à memória e práticas quilombolas foram o estopim para que a comunidade se mobilizasse para denunciar a situação devastadora às mídias e aos órgãos de regulação e fiscalização de ações do setor público. Poucas mitigações foram alcançadas, porém a comunidade se fortaleceu diante da intensidade de forças que passaram a atuar de maneira mais proeminente no território.

O Bairro Novo é um projeto de construção de um bairro planejado dentro do território quilombola pela Prefeitura de Lauro de Freitas. O projeto não almeja contemplar a comunidade do Quilombo, pelo contrário, subtrai grande parte das áreas dos recursos naturais da comunidade, como matas e cursos d’água. A Prefeitura de Lauro de Freitas tem assediado a população próxima à área direcionada ao projeto para que esta seja realocada para outro território. Discursos desarticulados provocam desinformação, desmobilização quilombola e uma sucessão de violências físicas e simbólicas. As lideranças comunitárias voltam a se mobilizar e a pressionar o processo de regularização fundiária junto ao INCRA, o que garantiria a permanência dos quilombolas no território e a minimização dos conflitos. O INCRA, por sua vez, direciona a regularização para a instância estadual, alegando falta de estrutura para a continuidade do processo por via federal. O Estado, por sua vez, propõe redução drástica do território quilombola e assina projetos de impacto negativo à população quilombola.

Ainda em análise da Figura 13, a mancha mais escura representa a poligonal apresentada pela Casa Civil do Estado da Bahia para a regularização do Quingoma. Não é difícil concluir que a proposta é resultante de áreas que não geraram conflitos (até este momento), mostrando-se como pouco atrativas aos agentes públicos e privados que atuam no território. Além de desarticular e segmentar por definitivo a comunidade do quilombo, a proposta não contempla importantes áreas produtivas, de recreação e simbólicas, suprimindo recursos naturais necessários à reprodução das particularidades territoriais dos quilombolas e desconsiderando a possibilidade de crescimento da comunidade.

A seguir, serão descritos os meios e os processos que possibilitaram um diagnóstico atualizado da problemática da comunidade, a identificação ou confirmação de demandas e a fundamentação das propostas individuais dentro da proposta coletiva deste grupo de trabalho técnico, a saber, o desenvolvimento de ferramentas de apoio ao processo de regularização

fundiária do Quilombo Quingoma, favorecendo a permanência e segurança da comunidade em seu território.

3. Pesquisas, oficinas, metodologias definidas na proposta coletiva de assistência técnica

3.1. Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade (imersão, entrevistas, oficinas, acompanhamentos de processo, reuniões)

O acompanhamento dos conflitos existentes no território foi fundamental para uma melhor compreensão da dinâmica socioespacial e política dos quilombolas, possibilitando a adoção de ações e a proposição de produtos-processos participativos, através da troca de experiências entre os saberes técnicos e populares, no âmbito da proposta coletiva dos profissionais-residentes da RAU+E ao Quilombo Quingoma. O processo de reconhecimento da comunidade ocorreu não só através do acompanhamento de sua dinâmica (do cotidiano e dos seus eventos e ações), como também através da proposição de atividades dentro (oficinas e encontros) e fora do território (articulações e reuniões) que influenciaram, em maior ou menor grau, o contexto ou mesmo os processos da problemática territorial do Quingoma.

Os **percursos** realizados de carro e a pé pelo Quilombo do Quingoma nos dias 18 de abril (Figura 14) e 13 de maio (Figura 15), **guiados e comentados** pelas lideranças quilombolas, possibilitaram uma melhor apreensão do território, dos impactos causados pela construção da Via Metropolitana e outros empreendimentos, além de tornar possível a percepção da gravidade dos conflitos existentes. Essas atividades trouxeram como resultado o reconhecimento in loco do território e das relações entre os agentes presentes.

Figura 14: Percurso a pé pelo Quingoma



Fonte: Acervo pessoal

Figura 15: Percurso a pé pelo Quingoma



Fonte: Acervo pessoal

As **imersões** realizadas entre os dias 11 a 13 de maio e 19 a 20 de maio (Figura 16) caracterizaram-se por períodos estendidos de permanência dos profissionais residentes no território quilombola, possibilitando a continuidade da apreensão do território, e principalmente, a realização de entrevistas com a população local e a observação direta intensiva do cotidiano da comunidade, suas narrativas, histórias e costumes. Essas incursões no Quingoma trouxeram como resultado uma maior aproximação com a comunidade e o ganho de confiança para o desenvolvimento das ações e demais atividades pretendidas. Destacaram também a vulnerabilidade da comunidade quilombola e o interesse na discussão sobre o seu território e os processos que o determinam.

Figura 16: Comunidade entrevistada durante imersão dos residentes



Fonte: Acervo pessoal.

O acompanhamento das atividades da comunidade ocorreu durante todo o período de trabalho desta equipe junto ao Quingoma, de março a outubro de 2018. Diversas atividades de cunho festivo, cultural, social e político foram realizados pelas lideranças quilombolas, em eventos, reuniões, encontros, mesas de diálogo, passeatas e manifestações dentro e fora do território. (Figuras 17, 18, 19, 20 e 21). A presença da RAU+E nesses momentos representou, em muitas delas, um apoio técnico e político às causas defendidas e discussões levantadas. Também possibilitou a apreciação do grau de articulação e de mobilização da comunidade e de novos agentes.

Figura 17: Dialogando e Sambando no Quingoma, em 29 de abril



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 18: Mesa “130 anos de abolição sem reparação”, em 12 de maio



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 19: Passeata dentro do território quilombola



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 20: Passeata em Salvador, em 03 de outubro



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 21: Reunião na sede do INCRA, em 03 de outubro



Fonte: Acervo pessoal.

A proposição de atividades no âmbito da Residência Profissional AU+E para o Quilombo Quingoma se caracterizou pela realização de **oficinas, cursos e encontros** nas 03 localidades do território. Essas atividades, bem como outros meios e processos particulares de cada atuação residente, serão abordados nos trabalhos individuais.

3.4. Os resultados obtidos para a definição dos projetos específicos

A partir da atuação dos profissionais residentes da RAU+E junto à comunidade do Quilombo Quingoma ao longo de cerca de 08 meses, considerando fase de aproximação e também de uma atuação mais propositiva, é possível tecer algumas considerações acerca dos resultados obtidos com o processo que fundamentam e justificam a proposição dos produtos individuais.

A atuação das lideranças quilombolas vem sendo fragilizada por ações violentas - físicas e simbólicas - de agentes estatais e privados dentro e fora do território do Quingoma, desmobilizando a comunidade, principalmente internamente. Os quilombolas passam, então, a considerar a necessidade de articulação com novos agentes externos para que apoiem o desenvolvimento de ações de mobilização comunitária no Quilombo Quingoma. Ações desta natureza foram refletidas em atividades propostas por esta assessoria técnica e se apresentam passíveis de implementação.

A mobilização comunitária, enfraquecida pelos sucessivos e agressivos assédios aos quilombolas e esgotada ao longo do processo de luta pelo território, ficou evidenciada durante o processo de acompanhamento e também nas ações dos residentes da RAU+E. Comunidades ativas e mobilizadas internamente tem maior potencial de enfrentamento dos conflitos diante dos impactos e das conjunturas que as acometem.

Os impasses no processo legal de regularização fundiária do Quilombo Quingoma ampliaram a percepção da comunidade para a urgência do fortalecimento de estratégias, frentes e ações jurídicas, pautadas nos marcos legais específicos das comunidades quilombolas. Durante todo o processo de acompanhamento da RAU+E à comunidade ficou evidente o desejo e o interesse dos quilombolas em formar um “corpo” jurídico que assessorasse e acompanhasse a comunidade. Articulações neste sentido foram feitas e estratégias pensadas de forma colaborativa, envolvendo diversos agentes, mostrando-se como exequíveis, a partir de um planejamento que envolve novas articulações e captação de recursos.

As ações controversas por parte do poder público no processo de regularização fundiária do Quingoma e nas tensões resultantes do processo ascenderam nas lideranças quilombolas a noção da importância de visibilizar a problemática da comunidade nas mídias, envolvendo a opinião pública. Durante a atuação dos profissionais residentes, medidas de acionamento de meios de comunicação foram debatidos amplamente com as lideranças.

A compreensão dos agentes que atuam sobre o território do Quingoma, realizada pelos residentes em assistência técnica, contribui para a produção de estratégias específicas de

articulação ou defesa da comunidade a cada um dos agentes identificados. O mapeamento representa também o trabalho de articulação e mobilização que a comunidade vem realizando. Neste sentido, potencializar as articulações com outros quilombos, com instituições, grupos e profissionais possibilitam trocas e formação de redes de resistência e enfrentamento das ameaças e retrocessos do atual contexto político.

3.5. Indicação do projeto específico no âmbito da proposta coletiva.

Atendendo às prerrogativas da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, os produtos indicados neste trabalho de assessoria técnica são resultantes de processos participativos que estiveram atentos às constantes mudanças da dinâmica dos processos que configuram a comunidade do Quilombo do Quingoma.

A partir dos meios e processos metodológicos adotados no trabalho junto aos quilombolas, expostos no item 3.1, foram identificadas as demandas prioritárias da comunidade, no âmbito da proposta coletiva de apoio à permanência quilombola em seu território, e indicados produtos que objetivam atender a essas demandas.

Estão sendo propostos, dentro das capacidades de arquitetura e urbanismo (residente Érica Figueira) e de urbanismo e produção cultural (residente Gabriel Pedreira), enquanto produtos: a Nova Cartografia Social; e as Propostas de Ações Integradas, respectivamente. Esses produtos apoiam-se nas leis referentes às comunidades tradicionais, atendendo ao Estatuto da Igualdade Racial e ao Plano de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

O intuito é que esses produtos sejam usados como ferramentas integradas, já que almejam um objetivo comum, que é apoiar o processo de regularização fundiária do Quingoma, possibilitando a permanência e desenvolvimento do território quilombola. Sendo assim, a Nova Cartografia Social mostra-se como um instrumento de reconhecimento territorial e de realce da autonomia política e de representatividade dos quilombolas. Já as Propostas de Ações Integradas mostram-se como um conjunto de estratégias planejadas e integradas com ações de cunho formativo, jurídico e midiático que fortalecem político-institucionalmente a comunidade, enquanto estimulam reflexões acerca da identidade e territorialidade quilombola. Ambos os produtos, sendo acionados concomitantemente pela comunidade do Quilombo do Quingoma se constituem como instrumentos potentes de luta política.

4. Nova Cartografia social do Quilombo Quingoma: abordagem conceitual, etapas desenvolvidas e oficinas específicas do projeto individual

4.1 O objetivo geral:

Este trabalho tem como objetivo apoiar a construção de um fascículo da Nova Cartografia Social do Quilombo Quingoma. O fascículo é uma das modalidades de publicação do PNCSA (Programa Cartografia Social da Amazônia) que privilegia a auto-definição das territorialidades específicas. Por isso ele é construído basicamente com os depoimentos dos membros da comunidade e pela auto cartografia produzida em oficinas de mapeamentos. “Esses livretos têm sido utilizados pelos grupos sociais como instrumento de luta e encaminhamento de reivindicações, principalmente na defesa de seus direitos territoriais coletivos.” No caso do Quilombo Quingoma o fascículo vem como um instrumento de fortalecimento do discurso da comunidade no processo de luta pela garantia de seu território e fortalecimento de seu modo de vida.

4.2 Definição da proposta:

Foi solicitado pelas lideranças a construção do fascículo quando esse trabalho ainda estava na fase de mapeamento das problemáticas locais e quais de nossas capacidades técnicas poderiam servir a real demanda. Foi entendido que a questão da regularização territorial seria a mais urgente, para impedir o avanço dos empreendimentos imobiliários advindos da implantação recente da via metropolitana. Foi de entendimento pelas lideranças que A Nova Cartografia Social deveria ser um elemento complementar aos estudos feitos no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e instrumento político para as mesas de negociação, que estavam ocorrendo com as instituições competentes.

Para a concretização da construção da Cartografia Social foram necessários ao menos 3 oficinas de mapeamentos, acontecendo uma em cada localidade do Quilombo. Também foi feita a coleta de depoimentos de membros da comunidade e está em andamento até então a verificação pelos participantes dos dados sistematizados. Ao final estes serão encaminhados para o Projeto Nova Cartografia Social Comunidades Quilombolas do Nordeste e Fortalecimento de Centros de Ciências e Saberes que irá reproduzir 1000 impressos do fascículo, onde a maior parte será entregue à comunidade para utilização conforme sua escolha.

Figura 22: Exemplo de Fascículos já publicados pelo PNCSA



Fonte: <http://novacartografiasocial.com.br> . Acesso em 1 de Novembro de 2018.

4.3 Os objetivos específicos:

O objetivo da construção de uma auto cartografia vai para além de uma utilização em meios externos à comunidade. Durante as oficinas surgem conversas entre mais novos e mais velhos que rememoram o processo de ocupação territorial e da identificação e nomeação dos conflitos, entre outros momentos reveladores de resistência que resgatam memórias desses sujeitos violados que fazem oposição a ideologias do esquecimento e das tentativas de alienação das pessoas de seu território. Todo esse o processo de reflexão coletiva tem grande importância para autoconhecimento territorial como uma prática que fortalece internamente o movimento social em suas manifestações identitárias coletivas e que motivam os pontos listados abaixo:

- Fortalecimento processo político autônomo;
- Deter efeitos negativos dos empreendimentos;
- Análise da complexidade dos problemas;
- Ouvir e publicitar a narrativa dos oprimidos (direitos autorais da comunidade);
- Apreensão da realidade e demandas por troca de informações;
- Transformação do “objeto” em sujeito da pesquisa;
- Aumento da percepção étnica e territorialização- olhar crítico

4.4 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados e oficinas específicas:

Diante de um cenário político desfavorável para as questões de conflitos ambientais e morosidade para a proteção e manutenção das práticas de comunidades tradicionais, com o avanço cada vez maior de um projeto desenvolvimentista hegemônico, sabendo que esses projetos cooptam, seduzem e dividem as comunidades, tiram sua identidade forçando outra visão de mundo, desterritorializando populações, se faz necessário produzir ferramentas que fortaleçam e auxiliem os núcleos de resistência dos sujeitos conscientes da necessidade de transformação desse panorama.

Mapas são historiografias ocidentais utilizadas para controle e dominação de fronteiras de riquezas e populações e o Estado sendo a “ entidade espacial” herdeira das lógicas coloniais. A Nova Cartografia Social proporciona a apropriação dessas técnicas de representação modernas por grupos que foram historicamente excluídos, legitimando as contra-narrativas em uma guerra discursiva e de representação do espaço, quebrando os muros da comunicação hegemônica.

No contexto apresentado na primeira parte do trabalho vimos que a apropriação e reconhecimento étnico- territorial se faz extremamente relevante para a permanência do modo de vida que vem sendo ameaçado pelos diversos fatores modificadores do espaço. Acselrad entende que o modelo de regularização dos espaços deve ter, como ponto de partida, a base tradicional, ou seja, o uso tradicional para definir a base espacial com políticas que atendam a necessidade da realidade local.

Para a comunidade, ter conhecimentos geográficos adicionados aos conhecimentos tradicionais espaciais, significa ter autoridade e proteção de suas riquezas naturais, culturais e sociais, sendo um mecanismo de afirmação e reivindicação de seus direitos territoriais.

Ribeiro cita em seu texto a filósofa panamenha Linda Alcoff ao apontar a importância do entendimento de identidades sociais para o processo de descolonização, como elas foram criadas pelo projeto de colonização e como algumas foram silenciadas epistemologicamente enquanto outras foram evidenciadas.

“Um projeto de descolonização epistemológica da mente precisaria pensar a importância da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento.” RIBEIRO, p. 31.

Por isso se faz necessário uma retomada dos elementos que compõem os processos identitários, construindo uma cartografia a partir de experiências particulares mas não menos coletiva, sintetizadas em imagens auto explicativas do modo de vida local. Aqui invertemos a lógica predominante do “avanço do moderno sobre o primitivo” a valorização da ciência eurocentrista acadêmica em detrimento do conhecimento ancestral.

A metodologia utilizada no trabalho exige uma postura ética do pesquisador frente aos conhecimentos compartilhados pela comunidade, ao compreender que essa relação une de forma desigual pesquisadores e comunidade, isso exige um compromisso em minimizar os efeitos da violência simbólica desse contato e coube ao meu papel mediar, problematizar e sistematizar como pesquisadora, deixando sempre claro o protagonismo dos participantes do processo durante todo o contato realizado no trabalho.

No período de maio e junho foram feitas as primeiras coletas de depoimentos dos membros da comunidade, a partir daí foram feitas três oficinas de mapeamento, sendo uma em cada localidade, na sequência de Quingoma de Fora, Primeiro Quingoma e Quingoma de dentro. A finalização, ainda em processo, se constitui em verificação de um protótipo do fascículo com os membros que participaram das atividades.

Figura 23: linha do tempo das atividades

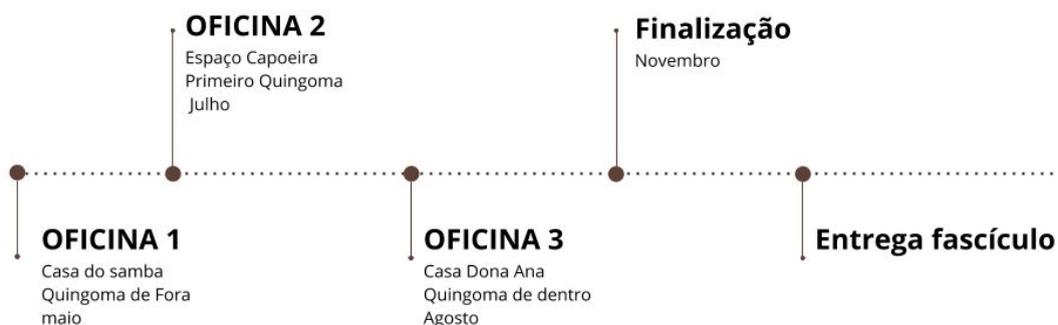


Figura 24: Fotos oficina Casa do Samba, Quingoma de Fora e desenhos feitos pela comunidade utilizados como ícones no mapa final: pesca do camarão, planta medicinal e casa do samba.



OFICINA 1



Figura 25: Fotos oficina espaço capoeira, Primeira Quingoma e desenhos feitos pela comunidade utilizados como ícones no mapa final: animais de caça.



OFICINA 2



Figura 26: Fotos oficina casa Dona Ana, Quingoma de dentro e desenhos feitos pela comunidade utilizados como ícones no mapa final: aroeira, pato, sucuri (motivação histórica) e terreiro ecumenico.



OFICINA 3



Figura 26: Mapa final resultado das 3 oficinas



4.4 Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições

Foram ressaltados no trabalho pelos membros comunitários a resiliência socioecológica, extrativismos, como as pessoas relacionam com o ambiente a sua volta, no modo de pensar, agir sentir. As práticas de produzir lugares, estabelecer relações econômicas, o universo simbólico, as áreas de reprodução física e cultural, os recursos naturais e como são utilizados, quanto a apropriação dos espaços, as áreas de uso comum, as memórias coletivas, movimentos migratórios, as espécies-chaves culturais, e todo o vínculo histórico com a terra, os impactos e conflitos ambientais, entre outros.

Ficou evidente a utilização de todo o território delimitado no Relatório técnico de Identificação e Demarcação, e a característica rural- extrativista e ancestral do Quilombo.

O Quilombo já foi muito afetado pelos empreendimentos em seu território que devastação ambiental entre outros impactos, e observam que seu território cada dia vem sendo mais modificado com a chegada feroz do mercado imobiliário.

Foi apontado como um dos maiores impactos ambientais a morte de rios e nascentes advindas das obras da via metropolitana. Antes fonte de lazer e alimento, os outros rios estão poluídos ou com acesso fechado pelos sitiamentos. Hoje ainda se faz a pesca mas bem reduzida devido a esses impactos. Em uma caminhada pela recente construída via os membros da comunidade esperavam encontrar um rio canalizado para nos mostrar, mas a paisagem foi tão modificada que não era mais reconhecida pelos quilombolas.

Os condomínios fechados também causam grande modificação no modo de vida, fecharam antigos acessos que ligavam aos bairros do entorno que tinham grande relação social e econômica. Foi denunciado também que esses condomínios soterraram nascentes.

Abaixo um exemplo das coletas das narrativas de Dona I, 67 anos, membro da comunidade e que expressam o modo de vida, a resistência e os conflitos:

“Nossa vida aqui era viver de roça, plantar roça, fazia beiju, tinha casa de farinha, fazia **farinha**, tinha o rio ali que **pescava**, mas hoje o rio ali não presta mais, tá **poluído**... e era por aí a vida dos meus parentes e nossa família era toda assim trabalhou muito vivia de fazer carvão, **cortar lenha**, naquele tempo passava pão nas padarias de lenha, o forno era de lenha e era assim
A gente andava muito de pé, de balaio na cabeça ia pra feira de **São Joaquim**, que naquele tempo era água de menino, não era São Joaquim”

“Eu me considero como quilombola, **ser quilombola** é pessoa que tem sua **liberdade**, se tiver sua **roça vai desfrutar** o que quer, vai plantar **o que quer.**”

“Os filhos da gente não pode andar mais a vontade como a gente foi criado,

Nada metia medo na gente, não tinha medo de sair na rua.

Cresceu mais o lugar por causa das **obras** que construiu, obra do lado, obra do outro, a gente não tem mais a **liberdade** que tinha antigamente. Por que vai apertando o lugar, vai apertando o lugar e **a gente vai viver como?**”

“Nasci aqui, vivi aqui e vou morrer aqui”

Bibliografia

ACSELRAD, Henri (organizador). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ARAÚJO, Flávio Faria de. Empresariamento Urbano: concepção, estratégias e críticas. Programa de Engenharia Urbana, Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011.

Caderno de debates- Territórios de utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil- Fase

FANON, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e. Terra, 1996.

RIBEIRO, Djamila. O que é: Lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n. 63, out. 2002

Harvey, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos, 1).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

WHINTAKER, João Sette Ferreira. São Paulo: O mito da cidade global. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

WINTAKER, João Sette Ferreira. Disponível em: <http://cidadesperaquem.org/textos-acadmicos/2013/2/8/o-mito-da-cidade-global-o-papel-da-ideologia-na-produo-do-espao-tercirio-em-so-paulo?rq=cidade%20globa> >. Acessado em: 03/06/2018

<http://novacartografiasocial.com.br>. Acesso em 2 de dezembro de 2018.

Declaração de Auto-reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombo do Quingoma

Le monde Diplomatique Brasil, ed. 60, 2012

Relatório Técnico de Delimitação e Identificação do Quilombo Quingoma